

Av. Queiroz Filho, 1700 – 6° andar - 608 Sunny Tower – Torre D 05319-000 - São Paulo – SP – Brasil Tel: (11) 3862-1844 sgs@sgsauditores.com.br www.sgsauditores.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da

COMUNIDADE SÓ POR HOJE

São José do Rio Preto - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **COMUNIDADE SÓ POR HOJE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMUNIDADE **SÓ POR HOJE** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Conforme NBC está 700 – item 40(b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 - item 5 é compulsório apenas as entidades listadas. A obrigatoriedade desses assuntos às entidades listadas, não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

> Preslev José Godov CRC 1 SP 185.052/O-5

São Paulo, 29 de janeiro de 2018.



Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 Em Reais

ATIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa – com restrição	03	58.049	5.773
Caixa e equivalentes de caixa – sem restrição		3.402	3.505
Aplicações financeiras – com restrição	3.1	725.520	657.560
Recursos a receber – convênios	04	-	66.197
Outros ativos circulantes	_	73.154	59.576
Total do ativo circulante	-	860.125	792.611
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado liquido	05	94.723	123.427
Total do ativo não circulante	-	94.723	123.427
	<u>-</u>		
TOTAL DO ATIVO	=	954.848	916.038



Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 Em Reais

PASSIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE			
Fornecedores		3.203	109.659
Obrigações sociais e fiscais		808	14.443
Obrigações trabalhistas	06	148.250	144.615
Recursos de convênios		-	66.197
Projetos a executar	07	300.590	-
Cheques a compensar		16.250	6.020
Outros passivos circulantes	_	2.610	2.348
Total do passivo circulante	_	471.711	343.282
NÃO CIRCULANTE			
Contingências a pagar	08	80.727	114.861
Total do passivo não circulante	_	80.727	114.861
PATRIMÔNIO LIQUIDO			
Patrimônio líquido		402.410	457.895
Total do patrimônio líquido	_	402.410	457.895
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	_	954.848	916.038



Demonstração do Resultado (Área de Atuação Exclusiva a Assistência Social)
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em Reais

ÁREA DE ATUAÇÃO	Nota	2017	2016
ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Receita projetos e convênios Despesas Resultado Líquido	09	6.515.119 (6.611.709) (96.590)	7.663.561 (7.608.356) 55.205
DEMAIS ATIVIDADES			
RECEITAS Doações e contribuições Outras receitas Receita trabalho voluntário Receita material consumo Receita alimentos Receita workshop/ação ecum./doações Total das receitas	12	93.487 53.883 879.023 27.395 87.595 242.297 1.383.680	66.044 17.386 205.373 88.252 72.230 231.000 680.285
DESPESAS Trabalho voluntário Doação material consumo Doação alimentos Doação workshop/ação/doações Despesas tributárias Despesas de depreciação Outras despesas Total das despesas	12	(879.023) (27.395) (87.595) (242.297) (15.612) (36.405) (88.159) (1.376.486)	(205.373) (88.252) (72.230) (231.000) (341) (35.120) (57.958) (690.274)
Resultado Liquido		7.194	(9.989)
Superávit/(déficit) operacional		(89.396)	45.216
Resultado financeiro Receitas financeiras Despesas financeiras		49.312 (15.401)	48.624 (17.164)
Total do resultado financeiro		33.911	31.460
Superávit/(déficit) do exercício		(55.485)	76.676



	2017	2016
RECEITAS	7.948.112	7.194.824
^		
RECEITAS DE ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.948.112	7.194.824
Subvenções		
Subvenções Governamentais	-	-
Subvenções Não Governamentais		
Convênios	6.514.306	6.465.354
(-) Conv. Est. n° 015/2015	-	(404.288)
(-) Proc.0806/16 Conv.002/16	-	(338.611)
(-) Proc.1035/12 Conv.063/16	-	(385.383)
Conv. Est. 770/2013 - Car. Rec.	-	544.276
Convênio Estadual nº 002/2016	-	1.519.454
Convênio Estadual nº 009/2016	-	481.296
Convênio Estadual nº 014/2015	-	415.945
Convênio Estadual nº 015/2015	-	410.182
Convênio Estadual nº 063/2016	-	881.014
Convênio Estadual nº 2230/2013	-	50.000
Pr. 1702/16 Ter.13/16 - Mirassol	-	988.660
Pr.1695/16 Ter.n°007/16 - Tanabi	-	1.122.857
(-) Conv. Est. n° 2230/2013	-	(432)
(-) Conv. Mun. n° 059/2015	-	(14.313)
(-) Conv. Mun. n° 60/2015	-	(21.548)
(-) Conv. Mun. n° 61/2015	-	(7.019)
(-) Lei n° 11.769/2015	-	(9.291)
(-) Lei n° 11.770/2015	-	(17.323)
Cmdca - Lei n° 12.043/2016	-	7.600
Cmdca - Lei n° 12.419/2016	-	60.000
Cmdca - Lei n°12.521/16 - Casa Lar	-	4.298
Conv. Est. n° 60/2015 - Casa Lar	-	50.600
Conv. Mun. n° 60/2015 - Casa Lar	-	227.673
Conv.Est. n°59/15 - Proj. Prisma	-	115.200
Conv.Mun. n°59/15 - Proj. Prisma	-	244.325
Conv.Mun. n° 61/2015 - Proj.Cara	-	399.224



	2017	2016
Lei n° 11.769/2015	-	30.000
Lei n° 11.770/2015	-	110.958
(-) Proc.0806/16 Conv.002/16	(104.613)	-
(-) Proc.1035/12 Conv.014/15	(101.429)	-
(-) Proc.1035/12 Conv.063/16	(35.000)	-
Conv. Est. 770/2013 - Car. Rec.	85.320	-
Conv. Seds 171/2015 - Prog. Rec.	304.123	-
Conv. Seds 1938/2016 - Prog. Rec.	101.138	-
Conv. Seds 2603/2016 - Prog. Rec.	170.051	-
Convênio Estadual nº 063/2016	(2.331)	-
Pr. 1702/16 Ter.13/16 - Mirassol	2.534.302	-
Pr.1695/16 Ter.n°007/16 - Tanabi	2.418.948	-
(-) Cmdca - Lei n° 12.521	(2.244)	-
(-) Cmdca - Lei n° 12.419/2016	(816)	-
(-) Conv. Est. n° 059/2015	(282)	-
(-) Conv. Est. n° 60/2015	(88)	-
(-) Conv. Mun. n° 059/2015	(161)	-
(-) Conv. Mun. n° 60/2015	(2.151)	-
(-) Conv. Mun. n° 61/2015	(4.201)	-
Cmdca - Lei n°12.521/16 - Casa Lar	43.368	-
Conv. Est. nº 60/2015 - Casa Lar	46.837	-
Conv. Mun. n° 60/2015 - Casa Lar	248.791	-
Conv.Est. n°59/15 - Proj. Prisma	91.059	-
Conv.Mun. n°59/15 Proj. Prisma	354.599	-
Conv.Mun. n° 61/2015 - Proj.Cara	366.775	-
Pmsjrp/Semas/Conv. 014/2015/Re	(22.772)	-
Termo de Colab. 04/17- Rm	14.235	-
Termo de Colab. 04/2017 - Fmdca	10.848	-
Doações	99.482	52.993
Doações Governamentais	-	-
Doações de Pessoas Jurídicas	6.000	250
Doações de Pessoas Físicas	93.482	52.743



	2017	2016
Contribuições	5	
Contribuições de Idosos (ILPI)	-	-
Contribuições Governamentais	-	-
Contribuições de Associados	5	-
Vendas de Bens e Serviços	-	_
Venda de Produtos		-
Venda de Mercadorias	-	-
Venda de Serviços (Contraprestação do Usuário)	-	-
Outras Receitas	1.334.319	676.477
Projetos de Assistência Social - (Doar)	1.236.311	604.528
Eventos	20.690	12.300
Reembolso	2.515	751
Receitas Financeiras	49.312	48.623
Receita de NF Paulista	1.610	7.433
Créditos Recuperados	15.571	-
Ganho/Perda de Capital	-	-
Outras (Receitas Eventuais)	8.310	2.842



	2017	2016
DESPESAS	(8.003.597)	(7.118.148)
DESPESAS COM ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA	(8.003.597)	(7.118.148)
Despesas com Recursos Humanos		
Remuneração da Diretoria	-	-
Encargos Sociais	-	-
Planos de Saúde e Seguros	-	-
Outras (especificar)		
Despesas Empregatícias	(3.825.345)	(3.693.889)
Salários	(2.494.507)	(2.363.471)
13° Salario	(224.067)	(214.238)
Férias	(291.967)	(267.645)
Encargos Sociais	(359.979)	(305.529)
Indenizações	(38.974)	(57.316)
Planos de Saúde e Seguros	(91)	(450.040)
Vale Transporte Vale Alimentação/Refeição	(205.756) (206.969)	(150.949) (320.343)
Dissidio - Casa Mirassol	(200.909)	(320.343)
Outras (Taxa Negocial)	(3.035)	(1.350)
Pessoal Sem Vínculo Empregatício	(29.857)	(24.730)
Honorários Profissionais	(16.713)	(10.109)
Bolsa a Estagiários	(13.144)	(14.621)
Encargos Sociais	-	(1.1021)
Ajuda de Custo	_	_
Outras (especificar)	-	-
Despesas Administrativas	(79.340)	(67.535)
Aluguéis	(28.700)	(27.800)
Água e Esgoto	· -	·
Bens Duráveis Pequeno Valor	-	(1.789)
Energia Elétrica	(1.885)	-
Telefones e Correios	(822)	-
Locação de Equipamentos	(7.000)	-
Seguros	(2.724)	(1.005)
Depreciações e Amortizações	(35.836)	(35.120)
DPVAT & Licenciamento	(312)	-
Multa de Trânsito	(1.309)	-
Despesas Cartorárias	(688)	- (4 = 0.0)
Material Permanente	-	(1.799)
Custas Processuais	(0.4)	(22)
Outras (especificar)	(64)	-



	2017	2016
Despesas com Projetos/ Atividades	(4.013.020)	(3.304.455)
Abrigo de Idosos	_	-
Habilitação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência	-	-
Projeto/Atividade x de Assistência Social	(2.776.710)	(2.670.493)
Projeto - Doar	(1.236.310)	(604.527)
Devolução de Recursos	-	(29.435)
Outras (especificar)		
Despesas com Consumos Diversos	(24.621)	(9.580)
Impressos e Materiais de Escritório		
Reforma de Bens e Instalações	(12.700)	-
Combustíveis Lubrificantes	-	(50)
Viagens e Estadias	(11.921)	(9.530)
Material de Limpeza e Higiene	-	-
Alimentação	-	-
Outras (especificar)	-	-
Demais Despesas Associadas às Atividades		
OUTRAS DESPESAS		
Despesas Administrativa / Outras Atividades	(16.012)	(795)
Anuidades	(400)	-
Tributos gerais	(15.612)	(340)
Reembolso	-	(455)
Outras (especificar)	-	-
Despesas Financeiras	(15.402)	(17.164)
Despesas Bancárias	(13.207)	(12.495)
IOF	(651)	(853)
Juros/ Multas	(1.515)	(3.816)
Tarifas	(29)	-
Outras (especificar)		
Despesas Patrimoniais		
Outras (especificar)		
Outras Despesas	<u> </u>	
Outras (especificar)	-	-
Superávit /(déficit) do exercício	(55.485)	76.676



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em Reais

	<u>Patrimônio</u> <u>Social</u>	Superávit (Déficit) Acumulados	<u>Total</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	381.219		381.219
Superávit do exercício	-	76.676	76.676
Transferência para fundo social	76.676	(76.676)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	457.895		457.895
Déficit do exercício	-	(55.485)	(55.485)
Transferência para fundo social	(55.485)	55.485	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	402.410		402.410



Demonstrações do Fluxo de Caixa Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em Reais

	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS Superávit (déficit) do período Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:	(55.485)	76.676
Depreciação e amortização	36.405	35.119
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado	-	5.421
Constituição (redução) provisão para contingências	(34.134)	13.940
Redução (aumento) do ativo		
Recursos a receber	66.197	800.130
Outros ativos	(13.578)	(7.446)
Accessor to the decade of the management		
Aumento (redução) do passivo Fornecedores	(106.456)	(20,027)
Obrigações sociais e fiscais	(13.635)	(39.927) (3.622)
Obrigações trabalhistas	3.635	(24.284)
Recursos de convênios	(66.197)	(800.130)
Outros Passivos	311.082	(13.376)
04.1001.400.1000	0111002	(10.010)
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	127.834	42.501
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de ativo imobilizado/intangível	(7.701)	(74.759)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	(7.701)	(74.759)
		1 1
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS Recebimentos de empréstimos e financiamentos Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	-
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos		
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	402 122	(00.000)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	120.133	(32.258)
Caixa e equivalentes no início do período	666.838	699.096
Caixa e equivalentes no fim do período	786.971	666.838
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	120.133	(32.258)



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Findas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação é uma entidade civil de direito privado com fins não econômico e tem por objeto e fins:

- I. Prestar atendimento, serviços, ações assistenciais e outras, de forma continuada, gratuita, permanente e planejada aos usuários e a quem deles necessitar;
- II. Prestar serviços, executar programas ou projetos em forma de Proteção Social Básica ou Proteção Social Especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social:
- III. Manter trabalho de prevenção e em regime de residência para usuários de substâncias psicoativas e seus familiares;
- IV. Participar de ações e campanhas de prevenção do uso indevido de drogas;
- V. Firmar convênios e parcerias com os Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipal, entidades privadas, assistenciais e outras.
- VI. Prestar serviços, executar programas ou projetos de arte, cultura, esporte e lazer.
- VII. Promover atividades, com finalidades de relevância pública e social.
- VIII. Prestar atendimento jurídico de forma permanente e planejada aos usuários e a quem deles necessitar.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG2002 (R1), específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.



b) Apuração da receita e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2017.

Reconhecimento de receita

As receitas provenientes de doações e contribuições espontâneas são reconhecidas quando efetivamente recebidas.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.



As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, provisionamento convênios e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Gratuidades Concedidas

Estão demonstradas conforme legislação vigente Lei n. º 12.101/09 e alterações e o decreto n.º 8.242/14.

h) Doações

As doações recebidas são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência

i) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - COM RESTRIÇÃO

	2017	2016
conta corrente – Projeto Recomeço	12.164	-
conta corrente – Cartão Recomeço	-	3.071
conta corrente – Fundação Mirassol	45.683	-
outros	202	2.702
Total	58.049	5.773

3.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - COM RESTRIÇÃO

2017	2016
436.813	313.949
277.971	325.683
2.088	1.664
8.543	16.264
105	-
725.520	657.560
	277.971 2.088 8.543 105



4. RECURSOS A RECEBER - CONVENIOS

Os valores são demonstrados conforme abaixo:

	2017	2016
Casa Lar Estadual	-	4.217
Fundação Casa Tanabi	-	-
Fundação Casa Mirassol	-	-
Projeto Prisma Estadual	-	9.600
Projeto Recomeço	-	52.380
Total	_	66.197

5. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

<u>Descrição</u>	<u>Taxa</u> <u>Anual</u> %	<u>Saldo</u> 31.12.2016	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf.</u>	<u>Saldo</u> 31.12.2017
Custo	70	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Veículos	20	167.398	5.420	-	-	172.818
Móveis e utensílios	10	45.554	420	-	-	45.974
Computadores e periféricos	20	21.185	150	-	-	21.335
Máquinas e equipamentos	10	13.983	1.711	-	-	15.694
Total	- -	248.120	7.701	-	-	255.821
Depreciação Acumulada						
Veículos		(85.709)	(27.825)	-	-	(113.534)
Móveis e utensílios		(16.666)	(4.975)	-	-	(21.641)
Computadores e periféricos		(13.929)	(2.064)	-	-	(15.993)
Máquinas e equipamentos		(8.389)	(1.541)	=	=	(9.930)
Total	- -	(124.693)	(36.405)	-	-	(161.098)
Total	- -	123.427	(28.704)	-	-	94.723

6. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2017	2016
Salários a pagar	-	15.597
FGTS a recolher	214	10.444
IRRF a recolher	162	49
INSS a recolher	61	1.613
Outros	148.250	144.615
Total	148.687	172.318



7. PROJETOS A EXECUTAR - COM RESTRIÇÃO

Os valores registrados no passivo referentes a projetos a executar no montante de R\$ 300.590 serão utilizados em 2018 conforme a necessidade do projeto.

8. CONTINGÊNCIAS A PAGAR

A Entidade responde por processos judiciais que envolvem responsabilidades contingenciais. Em 31 de dezembro de 2017 a Administração da Entidade com base na opinião de seus consultores legais, optou em constituir provisão no montante de R\$ 80.727 Essa constituição de provisão de contingências trabalhistas é oriunda de colaboradores que prestaram serviços exclusivamente para atender os convênios firmados com a Fundação Casa. Nesse sentido a Entidade provisionou contabilmente os valores, conforme determina a legislação contábil. A Administração entende que essa obrigação é de responsabilidade da Fundação Casa, haja visto que os serviços prestados foram para atender as demandas e ordens da Fundação, conforme caderno de gestão. A administração está trabalhando juridicamente para reverter a situação dos respectivos processos de perda "provável" para perda "remota".

9. PROJETOS E CONVÊNIOS ESPECÍFICOS

Durante os exercícios de 2017 e de 2016 a entidade recebeu subsídios através de projetos e convênios firmados com órgãos estaduais, municipais e cujos valores contabilizados em receitas, representam:

RECURSOS PÚBLICOS	2017	2016
Fundação Casa - Mirassol - Estadual	2.372.770	2.766.915
Projeto Prisma - Estadual	90.777	115.200
Projeto Casa Lar - Estadual	46.748	50.600
Projeto Casa Lar - Municipal	260.873	227.674
Projeto Cara	362.574	399.224
Projeto Prisma - Municipal	354.438	244.325
Projeto CMDCA - Lei 12.043/16	-	7.600
Projeto CMDCA - Lei 12.521/16	41.124	4.298
Projeto CMDCA - Lei 12.419/16	-	60.000
Processo SEDS - Nº 2230/13	-	50.000
Projeto Recomeço	660.633	544.275
Projeto Cidadania - Votorantim	-	140.958
Fundação Casa - Tanabi	2.314.334	3.052.492
Termo de Colaboração - 04/2017	10.848	7 000 504
Sub Total	6.515.119	7.663.561
PROJETOS RECURSOS PROPRIOS		
Projeto Doar - Doação Trabalho Voluntário	879.023	205.373
Projeto Doar - Doação Material Consumo	27.395	88.252
Projeto Doar - Doação Alimentos	87.595	72.230
Projeto Doar - Workshop / Palestra	195.100	168.500
Projeto Doar - Ação Ecumênica	25.000	62.500
Projeto Doar - Doação em Espécie	22.197	7.671
Subtotal	1.236.310	604.526
Total Geral	7.751.429	8.268.087



 Projeto DOAR – Realizou mobilização e captação de recursos em prol da instituição, por meio de atividades geradoras de recursos, tais como: doações por meio de sócios contribuintes, contribuições voluntárias, eventos, doações em espécie, voluntários para desenvolvimento de oficinas profissionalizante, recursos advindos de execuções judiciais, trabalho de prevenção por meio de palestras/capacitações.

10. APLICAÇÃO DE SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS ESPECÍFICOS

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está demonstrando a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes de tais recursos, conforme abaixo:

Exercício de 2017

Modalidade e Órgão	Projeto Nome	Responsabilidades Decorrentes	Saldo do Exercício Anterior	Repasses Públicos no Exercício (* Recursos Recebidos)	Receitas com Aplicações Financeiras dos Repasses Públicos	Despesas Exercícios Anteriores, pagas neste Exercício	Despesas Contabilizad as neste Exercício	Ativo Valores a Receber	Ativo Bancos/ Aplicações
Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA	Comunidade Só Por Hoje – Fundação Casa Tanabi	Cooperação no atendimento ao adolescente, em cumprimento de medida socioeducativa, de internação Art. 121 Eca	-	2.418.948	23.402	127.533	2.351.137	-	436.813
Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA	** Comunidade Só Por Hoje – Fundação Casa Alexandre thome de souza Mirassol	Cooperação no atendimento ao adolescente, em cumprimento de medida socioeducativa, de internação. Art. 121 Eca	1	2.534.302	21.348	176.299	2.434.633		277.971
ASSISTÊNCIA SOCIAL	PROJETO CARA	O presente Convénio tem por objetivo a transferência de recursos financeiros destinados a auxiliar a manutenção do Serviço de Abordagem Social, que objetiva assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa de forma programada e continua, visando identificar nos territórios situações de vulnerabilidade e risco social, buscando a resolução de necessidades imediatas dos usuários na reede de serviço socioassistenciais e das demais políticas públicas, conforme Plano de Trabalho que integra o presente ajuste.	10.792	366.774	1.257	10.927	371.819	·	-
ASSISTÊNCIA SOCIAL	CASA LAR MUNICIPAL	Acolher adolescentes em situação de risco social e pessoal com rompimento de vínculos familiares e egressos de tratamentos referentes ao uso abusivo de drogas, a fim de garantir proteção integral até que seja possível o retorno à familia de origem ou colocação em familia substituta.		263.024	840	9.000	266.084	-	21
ASSISTÊNCIA SOCIAL	CASA LAR ESTADUAL	Acolher adolescentes em situação de risco social e pessoal com rompimento de vinculos familiares e egressos de tratamentos referentes ao uso abusivo de drogas, a fim de garantir proteção integral até que seja possível o retorno à familia de origem ou colocação em familia substituta.	4.217	46.836	-	4.259	50.494		
ASSISTENCIA SOCIAL	CMDCA – CASA LAR	Acolher adolescentes em situação de risco social e pessoal com rompimento de vinculos familiares e egressos de tratamentos referentes ao uso abusivo de drogas, a fim de garantir proteção integral até que seja possível o retorno à familia de origem ou colocação em familia substituta.	-	43.368	138	361	44.188	-	82



Continuação Exercício 2017

Modalidade e Órgão	Projeto Nome	Responsabilidades Decorrentes	Saldo do Exercício Anterior	Repasses Públicos no Exercício (* Recursos Recebidos)	Receitas com Aplicações Financeiras dos Repasses Públicos	Despesas Exercícios Anteriores, pagas neste Exercício	Despesas Contabilizad as neste Exercício	Ativo Valores a Receber	Ativo Bancos/ Aplicações
Convênio nº059/2015	Projeto Prisma – LA Municipal (Conta 7332-6)	Transferência de recursos financeiros destinados a auxiliar a manutenção do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida socioeducativas de Liberdade Assistida - LA, que objetiva ofertar atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes, jovens e suas familias durante o cumprimento da medida socioeducativa de Liberdade Assistida, possibilitando a reflexão e a construção de novos projetos de vida, prevenindo a reincidência, conforme Plano de Trabalho.		354.599	914	17.365	343.085	-	2.088
Convênio nº059/2015	Projeto Prisma – LA Estadual (Conta 7333-4)	Transferência de recursos financeiros destinados a auxiliar a manutenção do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida socioeducativas de Liberdade Assistida - LA, que objetiva ofertar atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes, jovens e suas familias durante o cumprimento da medida socioeducativa de Liberdade Assistida, possibilitando a reflexão e a construção de novos projetos de vida, prevenindo a reincidência, conforme Plano de Trabalho.	9.600	91.059	-	9.502	81.459	9.600	
Termo de colaboração 04/2017	F.M.D.C.A.	Acolher adolescentes em situação de risco social e pessoal com rompimento de vinculos familiares e egressos de tratamentos referentes ao uso abusivo de drogas, a fim de garantir proteção integral até que seja possível o retorno à familia de origem ou colocação em familia substituta.	-	10.848	-	-	11.229	-	-
Acolhimento Institucional	PROJETO "RECOMEÇAR" Convenio 770/2014'	Garantir o acolhimento institucional e reinserção social aos indivíduos adultos, homens, com histórico de uso de substâncias psicoativas, que se encontram em situação de rua, com vínculos comunitários e familiares fragilizados ou rompidos, oriundos da rede de saúde (tratamento terapêutico ou ambulatorial), dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS ou de demandas espontâneas, que apresentem quaisquer situação de risco (social e pessoal), a fim de garantir a proteção integral e sua consequente reinserção na comunidade.	52.380	660.633	364	28.423	666.968	-	8.543
Total			76.989	6.790.391	48.263	383.669	6.621.096	9.600	725.518



Modalidade e Órgão	Projeto Nome	Responsabilidades Decorrentes	Saldo do Exercício Anterior	Repasses Públicos no Exercício (* Recursos Recebidos)	Receitas com Aplicações Financeiras dos Repasses Públicos	Despesas Exercícios Anteriores, pagas neste Exercício	Despesas Contabilizada s neste Exercício	Ativo Valores a Receber	Ativo Bancos/ Aplicações
Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA	Comunidade Só Por Hoje – Fundação Casa Tanabi	Cooperação no atendimento ao adolescente, em cumprimento de medida socioeducativa, de internação Art. 121 Eca	296.144	2.899.452	14.335	69.922	2.296.111	-	313.949
Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA	** Comunidade Só Por Hoje – Fundação Casa Alexandre thome de souza Mirassol	Cooperação no atendimento ao adolescente, em cumprimento de medida socioeducativa, de internação. Art. 121 Eca	382.798	2.569.915	15.155	71.667	2.435.687	-	325.683
ASSISTÊNCIA SOCIAL	PROJETO CARA	O presente Convênio tem por objetivo a transferência de recursos financeiros destinados a auxiliar a manutenção do Serviço de Abordagem Social, que objetiva assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa de forma programada e continua, visando identificar nos territórios situações de vulnerabilidade e risco social, buscando a resolução de necessidades imediatas dos usuários na rede de serviço socioassistenciais e das demais políticas públicas, conforme Plano de Trabalho que integra o presente ajuste.	6.980	399.224	1.285	6.980	389.176	·	2
ASSISTÊNCIA SOCIAL	CASA LAR MUNICIPAL	Acolher adolescentes ema situação de risco social e pessoa com rompimento de vínculos familiares e egressos de tratamentos referentes ao uso abusivo de drogas, a fim de garantir proteção integral até que seja possível o retorno à familia de origem ou colocação em familia substituta.	3.636	227.674	586	3.636	211.088	·	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	CASA LAR ESTADUAL	Acolher adolescentes em situação de risco social e pessoal com rompimento de vínculos familiares e egressos de tratamentos referentes ao uso abusivo de drogas, a fim de garantir proteção integral até que seja possível o retorno à familia de origem ou colocação em familia substituta.	3.603	50.600	-	3.603	38.191	4.217	128



Continuação Exercício 2016

Modalidade e Órgão	Projeto Nome	Responsabilidades Decorrentes	Saldo do Exercício Anterior	Repasses Públicos no Exercício (* Recursos Recebidos)	Receitas com Aplicações Financeiras dos Repasses Públicos	Despesas Exercícios Anteriores, pagas neste Exercício	Despesas Contabilizad as neste Exercício	Ativo Valores a Receber	Ativo Bancos/ Aplicações
Convênio nº059/2015	Projeto Prisma – LA Municipal (Conta 7332-6)	Transferência de recursos financeiros destinados a auxiliar a manutenção do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida socioeducativas de Liberdade Assistida - LA, que objetiva ofertar atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes, jovens e suas famílias durante o cumprimento da medida socioeducativa de Liberdade Assistida, possibilitando a reflexão e a construção de novos projetos de vida, prevenindo a reincidência, conforme Plano de Trabalho.	300	244.325	827	300	239.934		1.664
Convênio nº059/2015	Projeto Prisma – LA Estadual (Conta 7333-4	Transferência de recursos financeiros destinados a auxiliar a manutenção do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida socioeducativas de Liberdade Assistida - LA, que objetiva ofertar atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes, jovens e suas famílias durante o cumprimento da medida socioeducativa de Liberdade Assistida, possibilitando a reflexão e a construção de novos projetos de vida, prevenindo a reincidência, conforme Plano de Trabalho.	9.535	115.220	-	9.535	103.649	9.600	120
Acolhimento Institucional	PROJETO "RECOMEÇAR" Convenio 770/2014'	Garantir o acolhimento institucional e reinserção social aos indivíduos adultos, homens, com histórico de uso de substâncias psicoativas, que se encontram em situação de rua, com vínculos comunitários e familiares fragilizados ou rompidos, oriundos da rede de saúde (tratamento terapêutico ou ambulatorial), dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e dos Centros de Assistência Social – CREAS ou de demandas espontâneas, que apresentem quaisquer situação de risco (social e pessoal), a fim de garantir a proteção integral e sua consequente reinserção na comunidade.	13.339	557.640	14.927	13.339	543.511	53.380	17.999
Total			716.335	7.064.050	47.115	178.982	6.257.347	67.197	659.543

- * Recebemos em 26/07/2016 através do processo 0806/16 a quantia de R\$ 381.413,46 (trezentos e oitenta e hum mil, quatrocentos e treze reais e quarenta e seis centavos) na conta de n° 21600-3 referente a reposição da poupança PROVISÃO do CASA Tanabi.
- ** Recebemos em 18/11/2016 através do processo 1702/16 a quantia de R\$ 385.382,87 (trezentos e oitenta e cinco mil e trezentos e oitenta e dois reais e oitenta e sete centavos) na conta de n° 6433-5 referente a reposição da poupança provisão da Casa Alexandre Thome de Souza Mirassol.



10.1. APLICAÇÃO DE RECURSOS PRÓPRIOS

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está demonstrando a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes de tais recursos, conforme abaixo:

Exercício de 2017

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	Valores Recebidos em 2017 R\$	Valores Aplicados em 2017 R\$
Recursos próprios	Projeto DOAR	Realizar mobilização e captação de recursos em prol da instituição, por meio de atividades geradoras de recursos, tais como: doações por meio de sócios contribuintes, contribuições voluntárias, eventos, doações em espécie, voluntários para desenvolvimento de oficinas profissionalizante, recursos advindos de execuções judiciais, trabalho de prevenção por meio de palestras/capacitações.	1.381.633	1.359.784
Total			1.381.633	1.359.784

Exercício de 2016

Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	Valores Recebidos em 2016 R\$	Valores Aplicados em 2016 R\$
Recursos próprios	Projeto DOAR	Realizar mobilização e captação de recursos em prol da instituição, por meio de atividades geradoras de recursos, tais como: doações por meio de sócios contribuintes, contribuições voluntárias, eventos, doações em espécie, voluntários para desenvolvimento de oficinas profissionalizante, recursos advindos de execuções judiciais, trabalho de prevenção por meio de palestras/capacitações.	604.527	604.527
Total			604.527	604.527

A diminuição do valor no Projeto Doar, se deu por conta do encerramento do Projeto Só Por Hoje – Cidadania, a parceira foi encerrada.



10.2 GRATUIDADES CONCEDIDAS

Para atender os requisitos da legislação vigente a **COMUNIDADE SÓ POR HOJE** atendeu durante o exercício de 2017 e de 2016 um público alvo de adolescentes e crianças carentes, conforme demonstrativo:

	201	7	2010	6
Projetos	Média de Beneficiários	Valores em Reais	Média de Beneficiários	Valores em Reais
Projeto CARA	76	362.574	76	399.224
Projeto CASA - LAR - Municipal	11	260.873	11	227.674
Projeto CASA - LAR - Estadual	11	46.748	11	50.600
Projeto Prisma - Municipal	650	354.438	650	244.325
Projeto Prisma - Estadual		90.777		115.200
Fundação CASA - Mirassol Estadual	150	2.372.770	150	2.766.915
Fundação CASA - Tanabi Estadual	187	2.314.334	187	3.052.492
C.M.D.C.A	11	41.124	11	71.899
Projeto DOAR	Beneficia Todos os Projetos	1.236.310	Beneficia Todos os Projetos	604.526
Projeto Recomeço	153	660.633	153	544.275
Projeto Votorantim - Cidadania	100	-	100	140.957
Processo SEDS	-	-	11	50.000
Termo de Colaboração – FMDCA	01	10.848	-	-
Total	1.350	7.751.429	1.360	8.268.087

11. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 (R2) a Entidade tem os tributos mencionados abaixo como base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre receitas, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

12. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Durante os exercícios de 2017 e de 2016 a Entidade apurou um custo de R\$ 879.023 e de R\$ 205.373, respectivamente decorrente de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

13. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles.

A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e, tampouco, possui em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.



A entidade mantém cobertura de seguros para eventuais perdas patrimoniais.

Seguro dos veículos: Voyage, Gol e Celta.

15. DEMONSTRAÇÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

Descrição	Valor Recebido	Despesas	Recursos Próprios
Processo 1695/16 Termo 007/16 -Tanabi	2.314.335	2.351.137	-
Processo 1702/16 Termo 13/16 - Mirassol	2.372.770	2.434.633	34
Total	4.687.105	4.785.770	34

16. FUNDOS DE MULTAS RESCISÓRIAS DO FGTS

A Entidade realiza suas atividades através de parceria com a Administração Pública e os recursos recebidos anualmente são destinados às despesas correntes, pagamentos de possíveis multas rescisórias do FGTS em caso de finalização dos Convênios vigentes. Dessa forma, a Administração optou em demonstrar através de nota explicativa os valores de R\$ 357.830 atualizados em 31.12.2017, referente à multa de FGTS rescisória.

17. FUNDOS DE MULTAS RESCISÓRIAS FUNDAÇAO CASA MIRASSOL

A entidade apurou um saldo de R\$ 305.836 referente a provisões rescisórias e o valor de R\$ 33.263,14 referente a provisão de férias.

18. FUNDOS DE MULTAS RESCISÓRIAS FUNDAÇAO CASA TANABI

A entidade apurou um saldo de R\$ 305.739 referente a provisões rescisórias e o valor de R\$ 65.409, referente a provisão de férias.